

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 407.387 - SP (2013/0335636-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL LTDA
ADVOGADOS : LUIS HENRIQUE BORROZZINO E OUTRO(S) - SP262256
LUCIANO DA SILVA RUBINO - SP316222
AGRAVADO : VALDEREZ ASTORE LILLI
ADVOGADOS : ALBERES ALMEIDA DE MORAES - SP157528
EDUARDO PIRES DO AMARAL E OUTRO(S) - SP242916
AGRAVADO : SOCIEDADE CIVIL HOSPITAL PRESIDENTE
ADVOGADOS : ROBERTO GEISTS BALDACCI
POLYANA FALCHERO MOLEZINI E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 544 do CPC/73) interposto por SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL LTDA em face da decisão acostada às fls. 224-225 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, inadmitiu o recurso especial manejado pela ora agravante.

O apelo extremo, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 145-159 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - Ação ordinária declaratória de nulidade de título de crédito - Improcedência da ação principal - Procedência da reconvenção e da denunciação da lide - Decisão que entendeu necessário que a autora Valderez, ora agravante, pague o que deve à ré Sociedade Civil Hospital Presidente, para que, apenas então, surja o seu direito regressivo de cobrar a denunciada Saúde Assistência Médica Internacional Ltda. - Inconformismo - Pretensão da agravante de que a fase de cumprimento da sentença seja voltada diretamente contra a litisdenunciada - Acolhimento - Decisão reformada - Recurso provido."

Opostos embargos declaratórios (fls. 162-169 e-STJ), restaram desacolhidos na origem (fls. 171-177 e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 180-203 e-STJ), alegou a insurgente que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos de lei federal: *(i)* artigo 525, inc. I, do CPC/73 porquanto a ausência de peça obrigatória deveria levar ao não conhecimento do agravo de instrumento originário; *(ii)* artigo 467 do CPC/73, aduzindo que a decisão proferida pela Corte local viola a coisa julgada. Aduziu, ainda, a existência de dissídio jurisprudencial. Sem contrarrazões.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre, ensejando a interposição do presente agravo (art. 544 do CPC/73), cuja minuta está acostada às fls. 228-253 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial. Sem contraminuta.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. De início, no que tange ao conhecimento do agravo de instrumento originário, a Corte de origem asseverou que, em que pese apresentada procuração já revogada, a parte agravada compareceu aos autos, não havendo qualquer prejuízo. Concluiu, por esta razão, ser possível o conhecimento do agravo de instrumento.

A decisão encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA OBRIGATÓRIA. PROCURAÇÃO DA AGRAVADA DESATUALIZADA. APRESENTADA CONTRAMINUTA PELO ATUAL PROCURADOR DA RECORRIDA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. CONHECIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS QUE JUSTIFIQUEM A ALTERAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (AgInt no REsp 1655136/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/06/2017, DJe 01/08/2017)

Veja-se, ainda, a decisão monocrática proferida nos seguintes autos: AREsp 1362185/PR, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 31/10/2018.

Imperioso registrar, ainda, que os precedentes apontados pela própria insurgente tem como *ratio decidendi* a necessidade de juntada da procuração para possibilitar o exercício da defesa da parte adversa - o que corrobora a tese que o entendimento ora manifestado não contradiz os julgados invocados pela parte.

2. No que tange à alegação de violação à coisa julgada, o recurso não preenche o requisito constitucional do prequestionamento.

Nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, "para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal." (AgRg no AREsp 519.518/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 25/05/2018).

No mesmo sentido, citam-se: AgInt no REsp 1668409/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 24/05/2018; AgInt no REsp 1599354/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 30/11/2016; AgInt no AREsp 1081236/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 05/09/2017.

Assim, uma vez que o Tribunal de origem não proferiu decisão a respeito da controvérsia trazida a esta Corte Superior, em que pese a oposição de embargos de declaração, é inviável conhecer o recurso especial, uma vez ausente o requisito do prequestionamento, conforme óbice da Súmula 211/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, ainda que se trate de matéria de ordem pública, a ausência de prequestionamento impede a análise da questão.

Nesse sentido: **AgInt no REsp 1317113/SP**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/03/2019, DJe 29/03/2019; **AgInt nos EDcl no AREsp 1324333/PR**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/03/2019, DJe 21/03/2019.

Por fim, registra-se que não foi alegada violação ao artigo 535 do CPC/73 a fim de que esta Corte pudesse conhecer de eventual omissão no *decisum*.

3. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, nega-se provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator